

COORDENADORES
ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS BEDAQUE
PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO
TERESA ARRUDA ALVIM

O NOVO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

*Temas relevantes – Estudos em homenagem
ao Professor, Jurista e Ministro LUIZ FUX*

Volume I

GZ
EDITORA

Rio de Janeiro
2018

1ª edição – 2018

© Copyright

*Aluisio Gonçalves de Castro Mendes / José Roberto dos Santos Bedaque /
Paulo Cezar Pinheiro Carneiro / Teresa Arruda Alvim*Presidente do Conselho Editorial
*Nelson Nery Costa*Diagramação
*Olga Martins*CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

N843

O novo processo civil brasileiro: temas relevantes – estudos em homenagem ao professor, jurista e ministro Luiz Fux: volume 1.... - 1. ed. - Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2018.
556 p.; 24 cm.

Inclui índice
ISBN 978-85-9524-033-9

1. Processo civil.

18-47759

CDU: 347.91/.95(81)

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela
EDITORA GZ

Av. Erasmo Braga, 299 – sala 202
CEP: 20020-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tels.: (0XX21) 2240-1406 / 2240-1416 – Fax: (0XX21) 2240-1511
contato@editoragz.com.br
www.editoragz.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| <i>Apresentação</i> | V |
| <i>Sobre os coordenadores e autores</i> | VII |
| O Direito Processual Coletivo e o novo Código de Processo Civil: Estudos em homenagem ao Professor, Jurista e Ministro Luiz Fux <i>Aluisio Gonçalves de Castro Mendes / Carolina Paes de Castro Mendes</i> | 1 |
| Precedente Vinculante ou Enunciado Vinculante? Constitucionalidade? <i>José Roberto dos Santos Bedaque</i> | 13 |
| Um Tributo ao Professor Francisco de Paula Baptista <i>Paulo Cezar Pinheiro Carneiro</i> | 35 |
| Nulidades e a Condescendência do Legislador no Código de Processo Civil de 2015 <i>Teresa Arruda Alvim</i> | 41 |
| O novo Código de Processo Civil e as Condições para o Regular Exercício do Direito de Ação <i>Afranio Silva Jardim</i> | 57 |
| Avanços Rumo à Quebra do Tabu do Direito Público na Cooperação Jurídica Internacional <i>Ana Cristina Paulo Pereira</i> | 63 |
| Boa-Fé Objetiva no novo Código de Processo Civil <i>Anderson Schreiber</i> | 73 |
| O <i>Amicus Curiae</i> no novo Código de Processo Civil <i>Antonio do Passo Cabral</i> | 85 |
| Usucapião Administrativa no novo CPC: A Desjudicialização como Alternativa de Justiça <i>Arcia Fernandes Correia</i> | 103 |
| A Criatividade e a Imaginação Jurídica como Contribuição do Advogado à Eficiência do Direito (O CPC como instrumento do consensualismo e do pragmatismo ético) <i>Arnoldo Wald / Rodrigo de Oliveira Kaufmann</i> | 127 |
| Apontamentos sobre a Finalidade da Prova e o Novo CPC <i>Arruda Alvim / Clarissa Diniz Guedes</i> | 155 |
| O novo Código de Processo Civil e a Instrução Normativa nº 39 do Tribunal Superior do Trabalho <i>Bruno Freire e Silva</i> | 175 |
| Fundamentação das Decisões e Aplicação da Função Social do Contrato: Aportes do Código de Processo Civil De 2015 <i>Carlos Nelson Konder</i> | 193 |

| | |
|--|-----|
| Algumas Notas Sobre a Cláusula de Eleição de Foro em Contratos Internacionais no novo Código de Processo Civil <i>Carmen Tiburcio</i> | 211 |
| Recurso Extraordinário e Recurso Especial no novo Código de Processo Civil: Uma Homenagem ao Ministro Luiz Fux <i>Cassio Scarpinella Bueno</i> | 225 |
| O Direito Fundamental à Tutela Jurisdicional como Elemento Concretizador da Dignidade da Pessoa Humana <i>Cleyson de Moraes Mello / Vanderlei Martins / Ministro Luiz Fux</i> | 243 |
| Competência Internacional Exorbitante <i>Daniel Gruenbaum</i> | 253 |
| Breves Considerações sobre o Tratamento Dado à Equidade pelo novo Código de Processo Civil <i>Daniel Nunes Pêcego</i> | 267 |
| Emendatio Libelli: Limites Convencionais <i>Diogo Malan</i> | 277 |
| Breves Anotações sobre a Construção da Fundamentação das Decisões Judiciais, na Oportunidade do Código de Processo Civil de 2015 <i>Eduardo Henrique Raymundo von Adamovich</i> | 291 |
| A Força dos Precedentes no novo Código de Processo Civil <i>Elpidio Donizetti</i> | 309 |
| Arbitragem e o Processo do Trabalho: dois Lados de uma Mesma Moeda <i>Fábio Rodrigues Gomes</i> | 329 |
| Reflexos do novo Código de Processo Civil no Processo Administrativo Previdenciário <i>Fábio Zambitte Ibrahim</i> | 353 |
| A ADPF 347 e as Ações Cíveis Públicas sobre o Sistema Penitenciário: Desafios Processuais de uma Difícil Conciliação <i>Felipe Derbli</i> | 363 |
| O Regime da Estabilização da Tutela Antecipada <i>Flávia Pereira Hill</i> | 377 |
| Descumprimento de Obrigação de Fazer, de não Fazer ou de Entregar Coisa. Imposição de Multa – Astreintes – Critério de Fixação <i>Frederico Gueiros</i> | 393 |
| A Ordem do Processo nos Tribunais no CPC-2015 e o Sistema de Precedentes: Voto Vencido, Redação de Acórdão e Colheita de Votos <i>Fredie Didier Jr.</i> | 399 |

| | |
|--|-----|
| A Mediação e a Contribuição do Conhecimento Psicanalítico nas Ações de Família à Luz do novo Código de Processo Civil <i>Gita Goldenberg</i> | 405 |
| Nova Modalidade de Intervenção Provocada de Terceiro: O Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica <i>Guilherme Calmon Nogueira da Gama</i> | 425 |
| A nova Ordem dos Processos no Tribunal: Colegialidade e Garantias no CPC/2015 <i>Guilherme Jales Sokal</i> | 447 |
| O novo Código de Processo Civil e a Prova no Processo Administrativo Tributário <i>Gustavo da Gama Vital de Oliveira</i> | 475 |
| Notas sobre a Cláusula de Eleição de Foro <i>Gustavo Tepedino / Milena Donato Oliva</i> | 483 |
| O Impacto do CPC/2015 e do Estatuto da Pessoa com Deficiência no Procedimento de Adoção <i>Humberto Dalla Bernardina de Pinho / Renata Di Masi Palheiro</i> | 501 |
| Reclamação Constitucional – Importância Sempre Crescente na Esfera dos Direitos Fundamentais <i>Humberto Theodoro Júnior</i> | 521 |

COORDENADORES
ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS BEDAQUE
PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO
TERESA ARRUDA ALVIM

O NOVO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

*Temas relevantes – Estudos em homenagem
ao Professor, Jurista e Ministro LUIZ FUX*

Volume II

GZ
EDITORA

Rio de Janeiro
2018

1ª edição – 2018

© Copyright

*Aluisio Gonçalves de Castro Mendes / José Roberto dos Santos Bedaque /
Paulo Cezar Pinheiro Carneiro / Teresa Arruda Alvim*

Presidente do Conselho Editorial
Nelson Nery Costa

Diagramação
Olga Martins

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

N843

O novo processo civil brasileiro: Temas relevantes – Estudos em homenagem ao Professor, Jurista e Ministro Luiz Fux: volume II.... - 1. ed. - Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2018.
568 p. 24 cm.

Inclui índice
ISBN 978-85-9524-044-5

1. Processo civil - Brasil. 2. Direito processual civil - Brasil.

18-50782

CDU: 347.91/.95(81)

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

1120709

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela
EDITORA GZ

Av. Erasmo Braga, 299 – sala 202
CEP: 20020-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tels.: (0XX21) 2240-1406 / 2240-1416 – Fax: (0XX21) 2240-1511
contato@editoragz.com.br
www.editoragz.com.br

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| <i>Apresentação.....</i> | V |
| <i>Sobre os coordenadores e autores</i> | VII |
| Repercussão Geral e Acesso à Justiça: a Porta de Entrada do STF <i>Irapuã Santana do Nascimento da Silva</i> | 1 |
| O Juiz e o Novo CPC <i>Jansen Fialho de Almeida</i> | 15 |
| A Sistemática das Tutelas Provisórias no Novo Código de Processo Civil e a sua Influência no Direito Marcário Brasileiro <i>Fabiana Marcello Gonçalves Mariotini / José Carlos Vaz e Dias.....</i> | 31 |
| A Cumulação de Pedidos Perante a Justiça Federal em Ações de Nulidade de Ato Administrativo Concessivo de Patente ou Registro <i>Liliane Roriz</i> | 57 |
| Trabalhando com uma nova Lógica: a Ascensão dos Precedentes no Direito Brasileiro <i>Luís Roberto Barroso / Patrícia Perrone Campos Mello.....</i> | 77 |
| Repercussão Geral do Recurso Extraordinário: Transcendência e Relevância da Questão Constitucional <i>Luiz Edson Fachin / Luiz Henrique Krassuski Fortes</i> | 115 |
| O Poder Geral de Efetivação (art. 139, IV) na Execução de Obrigações de Pagar Quantia e a Defesa do Executado <i>Luiz Henrique Volpe Camargo</i> | 135 |
| A Posição Processual do INPI nas Ações de Propriedade Industrial Diante do novo CPC <i>Marcelo Leonardo Tavares</i> | 149 |
| A Coisa Julgada Híbrida na Decisão Parcial de Mérito e a Teoria Geral dos Recursos: Reflexões sob a Exegese da Moderna Concepção de Processo Justo <i>Márcia Michele Garcia Duarte</i> | 167 |
| O Reexame Necessário nos Julgamentos Antecipados Parciais de Mérito em Face da Fazenda Pública: Como Compatibilizar? <i>Marco Antonio Rodrigues</i> | 189 |
| Juízo de Admissibilidade do Recurso Extraordinário no novo Código de Processo Civil <i>Marco Aurélio Mello.....</i> | 199 |
| O Procedimento Amigável nos Tratados para Evitar a Dupla Tributação da Renda Celebrados Pelo Brasil e o Relatório Final do Plano de Ação 14 do BEPS de 2015: Conciliação, Mediação ou Arbitragem? <i>Marcus Lívio Gomes</i> | 215 |

| | |
|--|-----|
| Segurança e Isonomia: a Aproximação do Direito Brasileiro do Sistema do Common Law: O Novo CPC e os Precedentes Vinculantes <i>Marcus Vinicius Furtado Coêlho</i> | 243 |
| A Prescrição e a Efetividade dos Direitos <i>Maria Celina Bodin de Moraes / Gisela Sampaio da Cruz Guedes</i> | 263 |
| A Cooperação Internacional: Novos Apontamentos e Temas Atuais na Jurisprudência International Cooperation: New Trends And Issues Under Caselaw <i>Marilda Rosado de Sá Ribeiro</i> | 293 |
| Breves Considerações Sobre os Requisitos de Admissibilidade do Recurso Extraordinário <i>Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro</i> | 329 |
| O Novo Código de Processo Civil e o Momento de Avaliação dos Bens Colacionáveis <i>Marlan de Moraes Marinho Junior</i> | 341 |
| O Prequestionamento no Código de Processo Civil de 2015 <i>Mauro Campbell Marques</i> | 363 |
| Agravo de Instrumento no Código de Processo Civil de 2015 <i>Paulo Henrique dos Santos Lucon</i> | 383 |
| Suspeição por Motivo de Foro Íntimo à Luz do Novo Código de Processo Civil <i>Reis Friede</i> | 399 |
| Teoria Geral do Litígio <i>Renato Resende Beneduzi</i> | 415 |
| A Modulação dos Efeitos das Decisões que Alteram Jurisprudência Dominante do STJ (art. 927, § 3º, do novo CPC) <i>Ricardo Villas Bôas Cueva</i> | 437 |
| Os Honorários no novo Código de Processo Civil <i>Rodrigo Fux</i> | 453 |
| Inaplicabilidade da Usucapião Familiar em Casos de Ausência <i>Rosângela Maria de Azevedo Gomes</i> | 473 |
| Imputação, Redução e Colação: Efeitos da Doação no Direito Sucessório <i>Rose Melo Vencelau Meireles</i> | 485 |
| O Código Fux e a Federação <i>Sérgio Ferrari</i> | 501 |
| Alguns Impactos do novo Código de Processo Civil no Processo de Recuperação Judicial <i>Sérgio Campinho</i> | 521 |
| A Previsibilidade e Estabilidade das Relações Jurídicas no CPC de 2015 <i>Valter Shuenquener de Araujo</i> | 535 |

COORDENADORES
ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS BEDAQUE
PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO
TERESA ARRUDA ALVIM

O NOVO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

*Temas relevantes – Estudos em homenagem
ao Professor, Jurista e Ministro LUIZ FUX*

Volume III

Edição Especial
do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ/RJ)



Rio de Janeiro
2018

1ª edição – 2018

© Copyright

*Aluisio Gonçalves de Castro Mendes / José Roberto dos Santos Bedaque /
Paulo Cezar Pinheiro Carneiro / Teresa Arruda Alvim*

Presidente do Conselho Editorial

Nelson Nery Costa

Diagramação

Olga Martins

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

N843

O novo processo civil brasileiro: Temas relevantes – Estudos em homenagem ao Professor, Jurista e Ministro Luiz Fux: volume III.... - 1. ed. - Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2018. 350 p. 24 cm.

Inclui índice

"Edição especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ/RJ)"

ISBN 978-85-9524-046-9

1. Processo civil - Brasil. 2. Direito processual civil - Brasil.

18-51013

CDU: 347.91/.95(81)

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela
EDITORA GZ

1120709

Av. Erasmo Braga, 299 – sala 202

CEP: 20020-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tels.: (0XX21) 2240-1406 / 2240-1416 – Fax: (0XX21) 2240-1511

contato@editoragz.com.br

www.editoragz.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| Apresentação..... | V |
| Sobre os coordenadores e autores..... | VII |
| O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – IRDR e a Liberdade Interpretativa do Magistrado no novo CPC | |
| <i>Caetano Ernesto da Fonseca Costa</i> | 1 |
| Três Temas de Ordem Prática sobre o CPC de 2015 | |
| <i>Carlos Eduardo da Fonseca Passos / Mauricio Caldas Lopes</i> | 11 |
| Da Tutela Possessória | |
| <i>Carlos Santos de Oliveira</i> | 27 |
| Jurisdição Constitucional | |
| <i>Cesar Felipe Cury</i> | 49 |
| A Desjudicialização da Usucapião | |
| <i>Claudia Pires dos Santos Ferreira</i> | 59 |
| Reflexos do novo Código de Processo Civil no Processo Administrativo. Algumas Considerações | |
| <i>Claudio Brandão de Oliveira</i> | 69 |
| Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica na Lei nº 13.105/2015 – O Princípio da Eficiência e o Microssistema dos Juizados Especiais | |
| <i>Cristina Tereza Gaulia</i> | 83 |
| Imutabilidade Conceitual e Mutabilidade Funcional do Processo Civil | |
| <i>Edson Aguiar de Vasconcelos</i> | 101 |
| O novo Código de Processo Civil na Perspectiva do Constitucionalismo Contemporâneo | |
| <i>Angélica Oliveira Fortes / Flávia Romano de Rezende</i> | 125 |
| Ponderação dos Valores em Conflito no novo Código de Processo Civil (Art. 489, § 2º) | |
| <i>Inês da Trindade Chaves de Melo</i> | 149 |
| A Inconstitucionalidade dos Julgamentos Eletrônicos e/ou Virtuais de Apelações Criminais por Afronta ao Princípio da Publicidade. Considerações sobre a aplicação ao processo penal de normas do novel Código de Processo Civil. A experiência no Judiciário fluminense | |
| <i>José Muiños Piñeiro Filho</i> | 155 |
| A Importância dos Precedentes Judiciais no novo Código de Processo Civil | |
| <i>Katia Maria Amaral Jangutta</i> | 169 |

| | |
|--|-----|
| Honorários Sucumbenciais no CPC-2015 <i>Luciano Rinaldi</i> | 177 |
| As Repercussões do novo CPC em Relação às Condições da Ação no Processo Penal <i>Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho</i> | 187 |
| Algumas Considerações sobre o Agravo de Instrumento no novo CPC <i>Marcia Cunha Silva Araújo de Carvalho</i> | 197 |
| As Ações Possessórias e o novo Código de Processo Civil <i>Marco Aurélio Bezerra de Melo</i> | 209 |
| Breves Reflexões sobre a Sistemática do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – IRDR, na Lei, na Doutrina e na Jurisprudência <i>Maria Inês da Penha Gaspar</i> | 229 |
| A Tutela do Hipossuficiente no novo Código de Processo Civil <i>Marianna Fux</i> | 239 |
| O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no novo CPC <i>Mauro Pereira Martins</i> | 251 |
| A Aplicação do Direito no Código de Processo Civil de 2015 <i>Nagib Slaibi Filho</i> | 265 |
| Aspectos Pontuais sobre o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas <i>Natacha Nascimento Gomes Tostes Gonçalves de Oliveira</i> | 279 |
| O Princípio da Cooperação como Norma Fundamental à Efetividade do Processo <i>Patricia Ribeiro Serra Vieira</i> | 289 |
| Os Novos Rumos do Papel da Jurisprudência no Sistema Processual Civil Brasileiro <i>Sérgio Ricardo de Arruda Fernandes</i> | 303 |
| Estado Democrático de Direito, Democracia e Função Jurisdicional <i>Werson Rêgo</i> | 319 |